

## Município de : São José dos Ausentes

## Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2020 a 2022

PODER EXECUTIVO			
	2020	2021	2022
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	10.755.073,02	11.334.702,34	12.012.382,37
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	10.217.319,37	10.767.967,22	11.411.763,25
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	9.679.565,72	10.201.232,11	10.811.144,13

  

PODER LEGISLATIVO			
	2020	2021	2022
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.195.008,11	1.259.411,37	1.334.709,15
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.135.237,71	1.196.440,80	1.267.973,69
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.075.507,30	1.133.470,23	1.201.238,24

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	23.244.015,90	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	127,59%	22.589.047,19	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	123,99%	- 654.968,71	-2,82%
Receita Primárias (I)	23.244.015,90		127,59%	20.883.460,91		114,63%	- 2.360.554,99	-10,16%
Despesa Total	23.244.015,90		127,59%	19.377.596,67		106,37%	- 3.866.419,23	-16,63%
Despesa Primárias (II)	23.244.015,90		127,59%	18.883.919,64		103,66%	- 4.360.096,26	-18,76%
Resultado Primário (I-II)	-		0,00%	1.999.541,27		10,98%	1.999.541,27	-
Resultado Nominal	-		0,00%			0,00%	-	-
Dívida Pública Consolidada	2.413.962,08		13,25%	2.413.962,08		13,25%	- 0,00	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.047.666,36		0,00%	- 1.047.666,36		0,00%	-	0,00%

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDÒ (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação%	2022	Variação %
Receita Total	16.440.043,28	23.244.015,90	41,39%	23.612.761,79	1,59%	23.885.052,74	1,15%	25.015.824,28	4,73%	25.646.045,94	2,52%
Receitas Primárias (I)	18.887.729,46	23.244.015,90	23,06%	23.612.761,79	1,59%	23.885.008,74	1,15%	25.015.758,69	4,73%	25.646.003,00	2,52%
Despesa Total	16.440.043,28	23.244.015,90	41,39%	21.659.503,39	-6,82%	22.225.180,49	2,61%	24.684.612,70	11,07%	24.759.874,01	0,30%
Despesas Primárias (II)	16.440.043,28	23.244.015,90	41,39%	21.659.503,39	-6,82%	21.914.345,40	1,18%	24.361.965,87	11,17%	24.414.275,27	0,21%
Resultado Primário (I – II)	2.447.686,18	-	-100,00%	1.953.258,40	0	1.970.663,34	0,89%	653.792,82	-66,82%	1.231.727,73	88,40%
Resultado Nominal	3.803.491,70	3.963.881,56	4,22%	1.391.449,07	-64,90%	2.729.841,22	96,19%	1.531.564,14	-43,90%	570.638,51	-62,74%
Dívida Pública Consolidada	2.374.393,39	2.413.962,08	1,67%	2.294.832,49	-4,94%	2.361.062,65	2,89%	2.356.619,07	-0,19%	2.337.504,74	-0,81%
Dívida Consolidada Líquida	1.053.766,16	- 1.047.666,36	-199,42%	- 1.054.834,11	0,68%	- 349.578,10	-66,86%	- 817.359,52	133,81%	- 740.590,58	-9,39%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	17.704.692,62	24.129.612,91	36,29%	23.612.761,79	-2,14%	22.992.927,17	-2,62%	23.199.868,49	0,90%	22.942.356,44	-1,11%
Receitas Primárias (I)	20.340.666,91	24.129.612,91	18,63%	23.612.761,79	-2,14%	22.992.884,81	-2,63%	23.199.807,66	0,90%	22.942.318,03	-1,11%
Despesa Total	17.704.692,62	24.129.612,91	36,29%	21.659.503,39	-10,24%	21.395.052,45	-1,22%	22.892.700,32	7,00%	22.149.607,64	-3,25%
Despesas Primárias (II)	17.704.692,62	24.129.612,91	36,29%	21.659.503,39	-10,24%	21.095.827,30	-2,60%	22.593.475,16	7,10%	21.840.443,04	-3,33%
Resultado Primário (I – II)	2.635.974,29	-	-100,00%	1.953.258,40	-	1.897.057,51	-2,88%	606.332,51	-68,04%	1.101.874,99	81,73%
Resultado Nominal	4.096.075,07	4.114.905,45	0,46%	1.391.449,07	-66,19%	2.627.879,50	88,86%	1.420.384,40	-45,95%	510.479,94	-64,06%
Dívida Pública Consolidada	2.557.043,46	2.505.934,04	-2,00%	2.294.832,49	-8,42%	2.272.875,10	-0,96%	2.185.546,72	-3,84%	2.091.077,39	-4,32%
Dívida Consolidada Líquida	1.134.827,06	- 1.087.582,45	-195,84%	- 1.054.834,11	-3,01%	- 336.521,09	-68,10%	- 758.025,53	125,25%	- 662.515,11	-12,60%

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2011 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas.

Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2016		-	-
RECEITAS DE CAPITAL	191.900,00	377.500,00	20.500,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	191.900,00	377.500,00	20.500,00
Alienação de Bens Móveis	191.900,00	377.500,00	20.500,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>191.900,00</b>	<b>377.500,00</b>	<b>20.500,00</b>

  

<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	520.818,94	46.011,81	20.500,00
Investimentos	520.818,94	46.011,81	20.500,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
<b>TOTAL</b>	<b>520.818,94</b>	<b>46.011,81</b>	<b>20.500,00</b>
<b>SALDO FINANCEIRO</b>			
	2.569,25	331.488,19	-

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**METAS ANUAIS - RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	2.952.960,14	2.842.664,75	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF	2.982.489,74	2.765.984,00	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF	3.012.314,63	2.694.746,63	Preenchimento Opcional Cfe 9ª Edição do MDF
Receitas Primárias RPPS (I)	2.952.960,14	2.842.664,75		2.982.489,74	2.765.984,00		3.012.314,63	2.694.746,63	
Despesa Total RPPS	917.460,34	883.192,47		926.634,94	859.368,39		935.901,29	837.235,53	
Despesas Primárias RPPS (II)	917.460,34	883.192,47		926.634,94	859.368,39		935.901,29	837.235,53	
Resultado Primário RPPS (I – II)	2.035.499,80	1.959.472,28		2.055.854,80	1.906.615,61		2.076.413,34	1.857.511,10	

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<b>RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>			
<b>PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	R\$ 1.366.524,09	R\$ 2.740.743,70	R\$ 4.120.224,32
Receita de Contribuições dos Segurados		R\$ 457.990,12	R\$ 656.088,85
Civil		R\$ 457.990,12	R\$ 656.088,85
Ativo		R\$ 457.990,12	R\$ 656.088,85
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			R\$ 857.452,16
Ativo			R\$ 665.206,56
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			R\$ 192.245,60
Receita Patrimonial	R\$ 1.366.524,09	R\$ 2.282.753,58	R\$ 2.606.685,31
Receitas Imobiliárias		R\$ 755,00	R\$ 5.010,25
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 1.366.524,09		
Outras Receitas Patrimoniais		R\$ 2.281.998,58	R\$ 2.601.675,06
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	R\$ 1.490.822,76		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>		R\$ 2.740.743,70	R\$ 4.120.224,32
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>	<b>2018</b>	R\$ <b>2.017,00</b>	R\$ <b>2.016,00</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>		R\$ 132.879,66	R\$ 172.616,23
Despesas Correntes	R\$ 44.098,49	R\$ 132.879,66	R\$ 172.616,23
Despesas de Capital			
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>		R\$ 778.506,27	R\$ 631.568,02
Benefícios - Civil		R\$ 778.506,27	R\$ 631.568,02
Aposentadorias		R\$ 589.877,59	R\$ 439.455,77
Pensões		R\$ 184.147,16	R\$ 192.112,25
Outros Benefícios Previdenciários		R\$ 4.481,52	
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	R\$ 44.098,49	R\$ 911.385,93	R\$ 804.180,25
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	R\$ 2.813.248,36	R\$ 1.829.357,77	R\$ 3.316.044,07
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS</b>			
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
VALOR		R\$ 653.504,35	
<b>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			



**PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

<b>EXERCÍCIO</b>	<b>Receitas Previdenciárias (a)</b>	<b>Resultado Previdenciário (c) = (a-b)</b>	<b>Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)</b>
2018	R\$ 2.755.571,00	R\$ 1.645.241,00	R\$ 1.645.241,00
2019	R\$ 2.248.684,05	R\$ 978.920,62	R\$ 2.722.876,08
2020	R\$ 2.281.102,26	R\$ 903.278,15	R\$ 3.789.526,79
2021	R\$ 2.305.415,91	R\$ 846.546,29	R\$ 4.863.444,69
2022	R\$ 2.337.834,11	R\$ 770.903,81	R\$ 5.926.155,18
2023	R\$ 2.354.043,21	R\$ 733.082,57	R\$ 7.014.807,07
2024	R\$ 2.386.461,42	R\$ 657.440,10	R\$ 8.093.135,59
2025	R\$ 2.426.984,17	R\$ 562.887,00	R\$ 9.141.610,73

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro; ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
EXERCÍCIO DE 2020

**AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)**

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Isenção	Código	46.377,00	48.139,33	49.906,04	Vide Obsevação  abaixo
		Tributário	-	-	-	
		Municipal	-	-	-	
		Título VIII Cap 1 art 105	-	-	-	
TOTAL			46.377,00	48.139,33	49.906,04	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2020 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram claculados a partir dos valores de 2020, apli cando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2021: 3,80%

Inflação para 2022: 3,67%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal. Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13, 57 e 59 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.



Município de : São José dos Ausentes  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2020
<b>Aumento Permanente da Receita</b>	<b>326.392,26</b>
Decorrente de Receitas Tributárias	164.728,92
Decorrente de Transferências Correntes	161.663,34
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	44.163,58
<b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)</b>	<b>370.555,84</b>
Redução Permanente de Despesa (II)	-
<b>Margem Bruta (III) = (I+II)</b>	<b>370.555,84</b>
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
<b>Novas DOCC</b>	<b>140.235,00</b>
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	486.818,62
Relativas a Outras Despesas Correntes	627.053,87
<b>Novas DOCC geradas por PPP</b>	-
<b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)</b>	<b>230.320,84</b>

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2019-2020

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2019-2020 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.